SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - Teletime

FCC diz que falta de competição na banda larga preocupa e que modelos de negócio mudarão

"O desafio de vocês será superar a tentação de usar uma posição dominante na banda larga para proteger o modelo tradicional de TV por assinatura. A Internet vai romper com os seus modelos de negócio existentes. Ela faz com todo mundo". Com essas três afirmações, o presidente da FCC, Tom Wheeler, deu a sua dura, mas educada, mensagem aos operadores de cabo dos EUA durante sua palestra na INTX 2015, principal evento de TV paga e banda larga norte-americano, que acontece esta semana em Chicago. Em um discurso cheio de referências à história da TV por assinatura nos EUA (da qual Wheeler é personagem, por ter presidido no começo dos anos 80 a associação setorial NCTA), a FCC deixou bastante claro o problema que pretendeu resolver com a Open Internet Order, ou a regulamentação para Internet, que passará a vigorar a partir do dia 13 de junho. Para Wheeler, falta competição na banda larga, sobretudo para ofertas acima de 25 Mbps, que a FCC considera essenciais para o desenvolvimento de novas aplicações.

Ao mencionar as razões pelas quais a fusão da Comcast com a Time Warner Cable foi barrada, Wheller disse: "percebemos que a indústria mudou e nós vimos evidências concretas de uma nova competição e de novos modelos de negócio proporcionados pela banda larga. Por essa razão, entendemos que a banda larga tem que ser o centro da nossa análise, e que o vídeo é, em essência, uma aplicação que flui pelas redes e que pode ser suprido tanto pelos donos das redes quanto pelos competidores que usam a rede de internet para competir com os proprietários das redes".

Essa percepção é o que Wheeler chama de ponto de virada da análise concorrencial e regulatória, o que terá, segundo ele, uma implicação para a indústria como um todo. Ele lembrou que as operadoras de TV a cabo já se beneficiaram dessa inovação, ao introduzir múltiplos canais e ao introduzirem novas redes na casa dos assinantes, levando vídeo e serviços de banda larga. "Vocês já se beneficiaram de um mercado aberto e competitivo", disse ele aos operadores de cabo. Para o presidente da FCC, a indústria de provedores de banda larga, entre eles os operadores de cabo, tem um papel mais amplo em sustentar um ecossistema maior e extremamente importante para o futuro dos EUA. Ele disse esperar que as empresas mantenham seus investimentos em banda larga e que mantenham o compromisso de uma Internet aberta.

Como sinalização positiva para a indústria, Wheeler mencionou o esforço de ajustar a regulamentação de acesso a postes e também disse que a FCC irá considerar a adoção de uma definição independente de tecnologia para os provedores de vídeo multiprogramado (MVPD), de modo a incluir nesse ambiente as empresas de internet e assim criar um ambiente de simetria regulatória.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - Telesíntese

Lucro líquido da TIM cai 16%, para R$ 313 milhões no primeiro tri

A TIM divulgou o seu resultado operacional do primeiro trimestre deste ano, ainda impactado pela forte queda na tarifa de interconexão, a VU-M, que diminuiu 38,7% em relação ao mesmo período do ano passado. Fechou o período com receita bruta de R$ 6,8 bilhões (-3,2% A/A) e receita líquida de R$ 4,547 bilhões. O lucro líquido também caiu 16%, de R$ 372 mi para R$ 312 milhões. O Ebitda, por sua vez, cresceu 1,7%.

A queda na receita, informa a empresa, não teria ocorrido se fosse excluído o efeito do corte da Vu-M, que registraria um receita líquida total de R$ 4,097 bilhões, estável em relação ao ano passado. O Arpu (conta média) também caiu, para R$ 17, menos 5% ano a ano. Da mesma forma, o cliente TIM está falando menos, com o MOU (minutos de uso) de 120 minutos, queda de 14%, mas para a empresa esta resultado reflete a migração para a comunicação de dados.

No 1T15, o EBITDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) totalizou R$1,340 bilhão,1,7% maior quando comparado aos R$1,317 bilhão no 1T14. O melhor desempenho do EBITDA também foi sustentado, durante os últimos trimestres, por uma melhor margem de contribuição4 (+1,7% A/A) como os serviços de valor agregado continuam a desempenhar um papel fundamental, juntamente com uma melhor relação custo de tráfego off-net para voz e SMS e economias de custo de rede.

A base de assinantes da TIM atingiu 75,7 milhões de linha em março um crescimento de 2,5% quando comparado ao mesmo período do ano passado. A base de assinantes total da TIM, com aparelhos 3G, terminou o 1T15 com 42,3 milhões de usuários, um aumento significativo de 58,9% em relação ao mesmo período do ano passado. Quanto a base 4G, a TIM alcançou outro marco importante de 3,0 milhões de usuários até o final de março/15, um aumento de quase 50% em relação à base de dezembro/14 com um aumento de 990 mil usuários no trimestre. As adições líquidas totalizaram 29 mil (contra 486 mil no mesmo período do ano passado), como resultado das adições brutas de 9,4 milhões de linhas

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - CUT

CUT, CTB, Intersindical, Conlutas, UGT e NCST farão em 29 de maio um Dia Nacional de Paralisação contra as MPs 664/665 e o PL 4330

Aprovação das MPs é mais um ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as, um desserviço às conquistas trabalhistas. Nós vamos reagir com paralisações e, se necessário, com uma greve geral

Em apenas três meses, o Congresso Nacional mais conservador do período pós-1964 aprovou mais ataques aos direitos da classe trabalhadora do que em todo o governo militar (1964-1985). A toque de caixa, a Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei nº 4330, que amplia a terceirização para todas as áreas das empresas e, agora, está aprovando as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que restringem acesso a benefícios previdenciários, seguro-desemprego e abono salarial.

Nesta quarta-feira (6), por 252 a 227 votos, os deputados aprovaram a MP 665, que aumenta o tempo de trabalho para que os/as trabalhadores/as possam solicitar, pela primeira vez, o seguro-desemprego. O governo queria elevar esse período de seis para 18 meses, mas o parlamento reduziu o prazo para 12 meses. Essa MP estabelece também um tempo mínimo de seis meses de trabalho para o/a trabalhadora/a ter acesso ao abono-salarial, que passa a ser proporcional aos meses trabalhados. Antes, todos recebiam um salário mínimo, independentemente do número de meses trabalhado com carteira assinada.

As MPs 664 e 665 fazem parte do pacote de ajuste fiscal elaborado pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy e foram anunciadas pelo governo no dia 30 de dezembro do ano passado, sem qualquer debate com a CUT nem com as demais centrais sindicais. As medidas mudam as regras de concessão e dificultam o acesso a benefícios como seguro-desemprego, abono salarial, seguro-defeso, pensão por morte e auxílio-doença.

Para a CUT, essas medidas, assim como a aprovação precipitada do PL 4330, penalizam os trabalhadores mais fragilizados, em especial os que são o público alvo do sistema de seguro-desemprego e pensão por morte. O mesmo raciocínio vale para os 12,7 milhões de terceirizados que têm seus direitos desrespeitados, péssimas condições de trabalho e renda e ainda tomam calotes dos empresários que fecham as empresas e somem sem pagar sequer salários atrasados.

"É um grande retrocesso. Um ataque aos direitos da classe trabalhadora", protestou o presidente da CUT, Vagner Freitas.

"Este é mais um dia triste para a classe trabalhadora que lutou pela volta da democracia, pela eleição de um governo democrático e popular, que ampliasse os benefícios trabalhistas e sociais, tornando o Brasil uma Nação mais justa e igualitária", lamentou o dirigente.

Segundo Vagner, o movimento sindical realmente comprometido com os/as trabalhadores/as sabia que esta legislatura não seria fácil. Afinal, "todos conhecem a sanha conservadora, de ataques aos direitos da classe trabalhadora dos empresários, ruralistas e segmentos de direitas que foram eleitos no ano passado".

Junte-se a isso à crise econômica internacional e uma política econômica que faz ajustes fiscais às custas dos/as trabalhadores/as e está criado o cenário mais negativo dos últimos doze anos.

Mal foi eleito presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, do PMDB, tirou da gaveta o PL 4330, da terceirização ampla, geral e irrestrita. E, com a ajuda de deputados ligados a empresários, passou um trator por cima das regras da Casa e aprovou o que o movimento sindical de esquerda apelidou de "projeto da escravidão", apesar de todas as manifestações, atos e protestos que a CUT, a CTB e o movimento popular do campo e da cidade fizeram em todo o Brasil. A aprovação das medidas de ajuste fiscal seguiram no mesmo caminho.

Os/as trabalhadores/as não vão aceitar a retirada de direitos, garante Vagner, que completou: vamos reagir. Daqui pra frente, todos os dias serão dias de luta. No próximo dia 29, CUT, CTB, Intersindical, Conlutas, UGT e NCST e os movimentos populares do campo e da cidade farão um Dia Nacional de Paralisação contra o 4330, que está tramitando no Senado, e contra as MPs 664 e 665, que também deverão seguir para o Senado após a segunda aprovação na Câmara. A luta continua até a aprovação total das medidas que ainda precisam ser sancionadas pela presidenta Dilma Rousseff, a quem os movimentos sindical e social pedirão os vetos.

06/05/2015 - CUT

Comissão da Maioridade Penal realiza primeira audiência na quarta-feira

PEC 171/93 reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos

A Comissão Especial da Maioridade Penal (PEC 171/93) discute o assunto nesta quarta-feira (6) com o juiz da Vara Regional da Infância e Juventude de Recife, Humberto Costa Vasconcelos Júnior; e com o desembargador da 7ª Câmara Criminal de Justiça do Rio de Janeiro, Siro Darlan.

Ambos são contra a redução da maioridade. Em audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, Siro Darlan disse que não há comprovação de redução da violência nos países que reduziram a maioridade penal. Já o juiz Vasconcelos Júnior, em debate no Tribunal de Justiça da Bahia, disse que a diminuição da maioridade não terá efetividade alguma. "O que precisamos é tirar o Estatuto da Criança e do Adolescente."

Também foram convidados para o deputado estadual de São Paulo Coronel Telhada, que é ex-policial militar, é a favor da redução da maioridade.

"Eu quero ouvi todo mundo, contra e a favor", avisa o relator da proposta, deputado Laerte Bessa (PR-DF). Essa é a primeira de uma série de audiências que a comissão pretende realizar.

Vasconcelos Júnior foi convidado a pedido do deputado Weverton Rocha (PDT-MA). Siro Darlan, a pedido das deputadas do PT Erika Kokay (DF) e Maria do Rosário (RS). O Coronel Telhada foi convidado por sugestão do deputado Guilherme Mussi (PP-SP). Já o deputado Osmar Terra será ouvido a pedido do deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS).

A PEC 171/93 reduz a maioridade penal de 18 anos para 16 anos. A proposta teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania no mês passado, em meio a discussões e protestos.

A audiência será realizada a partir das 14h30, em plenário a definir.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - Vermelho

Procurando fatos, tucanos recuam mais uma vez sobre impeachment

Como era esperado, a divisão entre os tucanos sobre qual é a melhor estratégia para o golpe levou a um recuo do PSDB sobre o pedido de impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Eles decidiram, pelo menos por enquanto, que irão tentar levar adiante uma "ação penal".

Na semana passada, os tucanos mais desesperados diziam que o partido apresentaria esta semana o pedido formal de impeachmet. Agora, o senador Aécio Neves, candidato derrotado nas últimas eleições para o cargo de presidente da República, informou que adiou para a semana do dia 20 de maio a reunião com presidentes e líderes de partidos da oposição, marcada para esta quarta (6), em que o grupo prometeu tomar uma decisão formal sobre sobre o impeachment.

Oficialmente, Aécio afirmou em nota que os novos documentos e informações levantados pela CPI da Petrobras da Câmara provocaram o adiamento da reunião – assim como o fato de o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa ter apresentado sua defesa no Tribunal de Contas da União sobre a compra da refinaria de Pasadena, no Texas. Aécio não disse, mas Costa também reafirmou o pagamento de proprina para o então presidente do PSDB, Sérgio Guerra.

Aécio disse que, na semana que vem, o líder do PSDB na Câmara, Carlos Sampaio (SP) – principal defensor da proposta – vai se reunir com o jurista Miguel Reale Júnior para discutir o parecer jurídico que está sendo elaborado pelo ex-ministro da Justiça para dar base ao pedido de impeachment.

O senador afirma que os "fatos novos" levantados pela CPI da Petrobras serão incluídos no parecer jurídico. Só depois do encontro de Sampaio com Reale Júnior é que o PSDB diz que vai realizar a reunião com a oposição.

Fato mesmo é que os tucanos não tem elementos legais que fundamentem o seu afastamento do cargo da presidenta Dilma. Os juristas consultados já informaram que, apesar da sanha golpista, não há como prosseguir com um pedido.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

05/05/2015 - Portal Vermelho

Produção de petróleo cresce 13,9% em março

A produção de óleo equivalente (petróleo e gás natural) nos campos brasileiros atingiu, em março deste ano, aproximadamente 3 milhões de barris diários. Na comparação com março de 2014, a geração de petróleo cresceu 13,9%. Comparada à de fevereiro deste ano, a produção de óleo fechou em queda de 0,7%. A de gás natural subiu 14,6% em relação a março de 2014 e 0,3% na comparação com fevereiro.

Os dados foram divulgados nesta terça-feira (5) pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Desse total 2,413 milhões de barris/dia são relativos à produção de petróleo. A produção de gás natural alcançou 95,6 milhões de metros cúbicos diários.

As informações do Boletim de Produção da ANP de março indicam que a atividade dos 46 poços em atividade na área do pré-sal atingiu 833 mil barris/dia de óleo equivalente, registrando crescimento de 2,9% em relação ao mês fevereiro.

De acordo com os dados, 672,9 mil barris diários equivalem à produção de petróleo e 25,5 milhões de metros cúbicos por dia, à de gás natural.

O relatório da ANP revela ainda que o aproveitamento de gás natural em março chegou a 96%. A queima de gás natural no período totalizou 3,8 milhões de metros cúbicos por dia, aumento aproximado de 16,2% em relação ao mês anterior e redução de 12,4% na comparação com março de 2014.

Segundo os números, 91,7% da produção de petróleo e gás natural são de campos operados pela Petrobras. De acordo com a ANP, no período, 93,3% da produção de petróleo e 75,5% da de gás natural do Brasil foram extraídos de campos marítimos.

O Campo de Roncador, na Bacia de Campos, foi o de maior produção de petróleo, com média de 349,4 mil barris diários, enquanto o de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor de gás natural, com média de 13,1 milhões de metros cúbicos por dia.

Somente a plataforma P-52, no Campo de Roncador, no norte fluminense, produziu, em 17 poços interligados, 168,4 mil barris de óleo equivalente/dia. Para a ANP, foi a plataforma com maior produção do país.

A agência informou também que, em março de 2015, 309 concessões, operadas por 24 empresas, foram responsáveis pela produção nacional. Dessas, 81 são concessões marítimas e 228 terrestres.

A produção de petróleo e gás natural anunciada hoje é originária de 9.070 poços, dos quais 8.253 terrestres e 817 marítimos. O campo com o maior número de poços produtores (1.091) foi Canto do Amaro, na Bacia Potiguar. Marlim, na Bacia de Campos, foi o campo marítimo com maior número (62) de poços produtores.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

06/05/2015 - Carta Maior

Bradesco prevê mais dois milhões de desempregados este ano

Em debate na FEA/USP, economista do Bradesco, o banco onde trabalhava o ministro Joaquim Levy, diz que ajuste desempregará mais dois milhões este ano.

A Câmara dos Deputados deve votar hoje as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665 que fazem parte de um programa de ajustes fiscais proposto pelo governo federal no final do ano passado.

Com essas duas propostas, o governo pretende economizar R$ 18 bilhões ao endurecer as regras para concessão de direitos trabalhistas como o seguro desemprego, o abono salarial, o seguro defeso, a pensão por morte e o auxílio doença.

O governo considera esses ajustes fiscais como parte importante de um ajuste econômico maior que prevê entre outros itens o fim da desoneração da folha de pagamento ao setor produtivo e cortes orçamentários nos ministérios que serão implementados até 2016.

Para o professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), Fernando Rugitsky, essas medidas terão um efeito recessivo sobre a economia brasileira agravado por um cenário de queda dos preços e pelo enfraquecimento da demanda mundial por commodities.

"Muitos economistas acreditam no que se convencionou chamar de contração fiscal expansionista. Existem alguns poucos casos em que uma contração de gastos do governo dá um choque tão significativo e nos únicos casos em que isso aconteceu foi quando o mercado externo estava superaquecido. Em todos os outros casos, o ajuste traz e economia para baixo", afirmou o professor durante debate organizado ontem (5/05) pelo Centro Acadêmico Visconde de Cairu dos estudantes da FEA.

Para ele, o governo erra ao tentar repetir uma fórmula parecida com a utilizada pelo Brasil durante o início do primeiro mandato do ex-presidente Lula. Nesse momento, afirma Rugitsky, a demanda externa por commodities produzidas por empresas brasileiras estava em alta e foi isso que garantiu o crescimento da economia.

"O fator externo não existe agora, a economia europeia está patinando, os Estados Unidos tem uma recuperação muito superestimada e a Ásia está desacelerando. Vamos fazer um ajuste de dois anos esperando que em 2017 venha crescimento com demanda da onde?", questionou o docente.

O economista chefe do Bradesco, Octávio de Barros, acredita que o preço das commodities não deve subir no médio prazo e que o Brasil precisa pensar estratégias diferentes para voltar a crescer nesse cenário desafiador. "O período glorioso ficou para trás. Olhando dez anos para frente não consigo imaginar que teremos uma nova alta tão exuberante no preço das commodities", afirmou Barros também durante o evento do Centro Acadêmico.

Apesar de ser defensor dos ajustes, Barros reconhece que a medida pode não se transformar em crescimento no curto e no médio prazo. Ele cita exemplos de outros países que também estão realizando ajustes.

"Muitos países emergentes estão fazendo ajustes muito importantes nas suas economias e o Brasil está avançando nesse sentido, mas de uma forma ainda muito lenta. Esses países estão na direção certa, mas ainda não estão crescendo. Fazer tudo certo não quer dizer que vai crescer porque o cenário global não é alvissareiro agora e nem em um futuro de médio prazo. O comércio mundial nos últimos 3 anos está crescendo a taxas ridiculamente baixas".

O professor da FEA, Simão Davi Silber, defende o ajuste porque segundo ele o Estado brasileiro arrecada demais, mas gasta muito. "É preciso cortar e melhorar a qualidade dos gastos do governo", afirmou.

Direitos trabalhistas

Além da questão do crescimento econômico do país, especialistas apontam que o ajuste fiscal irá retirar direitos históricos dos trabalhadores brasileiros que podem perder importantes instrumentos de proteção social.

O Departamento Intersidindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) estima que em 2013, cerca de 12,5 milhões de trabalhadores foram demitidos sem justa causa. Desse total, 3,2 milhões não receberam o seguro desemprego por não terem trabalhado seis meses ininterruptos antes de sua demissão, o que representa 25,9% do total.

De acordo com o estudo do órgão, se as novas regras já estivessem valendo em 2013 outros 4,8 milhões de novos trabalhadores não teriam direito a receber o seguro desemprego, o equivale a 64,4% do total de demitidos. Isso porque as novas regras estipulam um prazo de 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses antes da dispensa conforme previsto na versão original da MP 665 enviada pelo governo ao congresso.

Para Rugitsky, a implementação dos ajustes fiscais pode significar um retrocesso na luta contra a desigualdade social, uma das principais marcadas das gestões petistas. Ele lembra que apesar de o Brasil ter reduzido muito a desigualdade social nos últimos anos, o Brasil ainda está entre os 15 países mais desiguais do mundo.

Para ele, o ajuste fiscal pode ser interromper a trajetória de queda na desigualdade. Ele lembra ainda também que o setor industrial deve sentir os impactos do ajuste . "O ajuste se coloca como barreira à diminuição das desigualdades e à tentativa de recuperar a indústria", afirmou Rugitsky.

O economista chefe do Banco Bradesco, Octávio de Barros, defende que a medida é apenas um ajuste frente a distorções que ocorreram no passado. Segundo ele havia uma facilidade de obtenção do seguro desemprego o que criou uma "rede de oportunismo que distorceu o sentido do benefício".

Para ele, o ministro da Fazenda e seu antigo colega no Bradesco, Joaquim Levy, não está atacando direitos trabalhistas, mas realizando ajustes que visam preservar ao máximo o que chamou de estado de bem-estar social brasileiro.

"Nesse momento de crise atual precisamos tanto do seguro-desemprego para de fato quem irá ficar desempregado. Estamos (no Bradesco) prevendo que 2 milhões a mais de desempregados esse ano em relação ao ano passado. O desemprego deve passar de 4,8% para 6,8% do total da População Economicamente Ativa (PEA)", afirmou Barros.